



“Vamos entrevistar a Lacriane”: currículo e pedagogia cultural em perfis de mulheres antifeministas brasileiras no TikTok pós-Covid-19.

Kamilly Vitória Gomes da Silva¹
Tiago Duque²

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de analisar o currículo e a pedagogia cultural em perfis de mulheres antifeministas no TikTok pós-Covid-19. A partir da abordagem teórica pós-crítica em Sociologia e Educação, compreendeu-se, por meio de uma etnografia online, que o conteúdo curricular antifeminista consiste na reiteração de agendas conservadoras, como ser do lar, cuidar dos filhos e marido. Tais discursos estão, em grande parte, associados a perfis de mulheres cisgêneras, heterossexuais, cristãs, de direita e, em alguns casos, bolsonaristas. As estratégias pedagógicas identificadas usam livros, passagens bíblicas, imagens e elementos gráficos com o objetivo de deslegitimar e ridicularizar o feminismo. Assim, ensinam mulheres a serem antifeminista com base em “valores” de “defesa da família e dos bons costumes”. Considera-se que, enquanto empreendedoras morais, defendem a submissão das mulheres, mas as mesmas não seguem esse padrão, venderem cursos, livros, monetizam na plataforma, estão na política, apoiando candidatos ou sendo elas próprias deputadas e vereadoras. Há um campo moral que apoia agendas anti-igualitárias, cujo efeito ocasiona retrocessos aos direitos das mulheres e outras minorias que também são alvo dessa agenda conservadora.

Palavras-chave: antifeminismo, mulher, conservadora, currículo, pedagogia.

ABSTRACT

This work analyzes the curriculum and cultural pedagogy in antifeminist women's profiles on TikTok after Covid-19. Using a post-critical approach in Sociology and Education, an online ethnography showed that antifeminist content reinforces conservative agendas, such as being a homemaker and caring for children and husbands. These discourses appear mainly among cisgender, heterosexual, Christian, right-wing women, including some Bolsonaro supporters. Pedagogical strategies use books, biblical passages, images, and graphic elements to delegitimize and ridicule feminism. They teach an antifeminism to women, based on family values and good morals. As moral entrepreneurs, they defend women's subordination, although they do not follow this ideal themselves, since they sell courses and books, monetize on the platform, and participate in politics, supporting candidates or serving as deputies or councilwomen. This moral field sustains anti-egalitarian agendas that generate setbacks for women's rights and other minorities targeted by this conservative movement.

¹ Graduanda no Bacharelado em Ciências Sociais, na Faculdade de Ciências Humanas (FACH), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: kamilly.vitoria@ufms.br

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: tiago.duque@ufms.br.

Keywords: antifeminism, women, conservative, curriculum, pedagogy.

Introdução

Antes mesmo do *TikTok*, aplicativo onde foi realizada esta pesquisa, as redes sociais e plataformas digitais, vem proporcionando outros modos de interação entre as pessoas além dos espaços físicos. Miskolci (2017) define esse momento como “era digital” que, em “termos sociológicos, o que define nossa era é a conexão em rede por meios comunicacionais tecnológicos” (2017, p.25). A exemplo de tecnologias eletrônicas como *notebooks*, *tablets*, *smartphones* e outros equipamentos. O *online* passa a construir, assim como nos ambientes físicos, a subjetividade das sujeitas e sujeitos. Nesse sentido, não se entende que há um espaço separado do outro: o *online* e o *offline* “podem ser considerados um continuum da mesma realidade” (Noveli, 2010, p.109).

Durante a pandemia da Covid-19, a plataforma TikTok atingiu os maiores números de *downloads* (Bezerra; Gibertoni, 2021). Esse crescimento é multifatorial, seja pelo momento em que o risco de contágio era alto em relação ao vírus SARS-CoV-2, o que levou diversos lugares do mundo a adotarem medidas governamentais, como o *lockdown*³, seja pelo modo como a plataforma funcionava de forma diferente das demais, com vídeos curtos e um teor menos formal que outros meios de comunicação. Além disso, a saturação de outras plataformas, a exemplo do *Facebook* e *Instagram*, fez com que os usuários buscassem “encontrar na fluidez uma forma de respiro; o *TikTok* oferece conteúdo rápido, prático e instantâneo, o que se traduz também na forma como o conteúdo é dispersado” (Bezerra; Gibertoni, 2021, p.152).

Nesse contexto, em 2022, no início do curso Bacharel em Ciências Sociais, na Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), através da orientação do Prof. Dr. Tiago Duque, tive contato com os Estudos Culturais, teorias sociológicas em mídias digitais, assim como teorias feministas e estudos de gênero. Passei a integrar no *Impróprias – Grupo de Pesquisa em*

³ *Lockdown* é uma medida jurídica de imposição que pode ser adotada em situações extremas como foi o caso da pandemia de Covid-19, o termo se diferencia de quarentena/isolamento social pois não se trata de uma recomendação e sim, obrigatoriedade, podendo sair apenas em casos emergenciais. (Jusbrasil, 2021).

Gênero, Sexualidade e Diferenças. A primeira pesquisa⁴, realizada entre 2022 e 2023, tinha como objetivo analisar canais no YouTube de homens gays soropositivos durante a Covid-19, que contavam suas experiências sendo um grupo de risco e desafios enfrentados durante a pandemia, a pesquisa seguiu em uma perspectiva da saúde e diferenças.

No ano seguinte, iniciei outra pesquisa⁵ de iniciação científica, mas na plataforma do *TikTok*, com o objetivo de analisar perfis que estavam sendo criados no momento pós-pandêmico e de polarização política, que se identificam como conservadoras. Essas mulheres participaram de *trends*⁶ que tinham como objetivo ensinar outras mulheres o que é ser feminina em uma perspectiva essencialista de gênero, mas também performática (Butler, 2018), como o uso de roupas claras, longas e por elas consideradas “modestas”. A partir desse campo de mulheres conservadoras, observei que alguns elementos se repetiam, e iam além de uma mera performance de gênero, algumas se consideravam antifeministas e se organizavam em movimentos políticos.

Por essa ligação também política, tive o interesse em aprofundar análises nos movimentos de mulheres antifeministas no *TikTok* pós-Covid-19. Focando nos discursos políticos contra as agendas feministas e mobilizações da agenda conservadora e antifeminista. Ainda que as análises realizadas em perfis anteriores sejam pertinentes para a continuação da pesquisa e estudo do antifeminismo no *TikTok*, neste atual trabalho não mencionarei os perfis e vídeos anteriores, como uma forma de trazer novos apontamentos e analisar outros perfis. Em outro momento, as análises anteriores, e os novos apontamentos, serão relacionados em forma de artigos, para possíveis publicações em revistas.

Um dos aspectos presentes nesses perfis é que algumas delas, já saíram para candidaturas, algumas foram eleitas e outras não. Ainda que em alguns casos não atingiram a quantidade de votos necessário, o impacto político é visível na mobilização

⁴ Intitulada “HIV-Aids e Covid-19: currículo e pedagogia cultural em vídeos de homens gays no YouTube”, teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFMS.

⁵ Intitulada “Mulheres conservadoras no TikTok: diferenças, currículo e pedagogia cultural pós-Covid-19”, teve financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFMS.

⁶ *Trends* são conteúdos “tendências”, viralizáveis, ou seja, com potencial de engajar visualizações através de assuntos em alta.

apoiando outros candidatos como o ex-presidente Bolsonaro e outros políticos de direita. Há estudos que relacionam como o *TikTok* vem sendo usado por políticos pelo modo particular da plataforma, principalmente através de áudios virais, *trends* e vídeos curtos (Chagas, 2023). Esses elementos também estão presentes no perfil delas, o que justifica em como esses conteúdos vêm viralizando, com potencial em interferir, influenciar e articular agendas anti-igualitárias e conservadoras. Assim, o problema de pesquisa que direciona este artigo é: qual o currículo e a pedagogia cultural em perfis de mulheres antifeministas no *TikTok* pós-Covid-19?

Etnografando perfis de mulheres antifeministas no TikTok

Metodologicamente utilizou-se etnografia *online*. O aporte teórico dialoga com maior enfoque na Sociologia Digital, compreendendo essa “‘mediação da vida social contemporânea’ por meio das tecnologias” (Padilha; Facioli, 2018, p.306). Junto à perspectiva sociológica pós-crítica, onde as sujeitas/os pós-modernas/os são compostos por “‘identidade não fixa” (Hall, 2006, p.12). E, articulando com o campo da Educação, também pós-crítica, dialoga também com o entendimento do perfil dessas mulheres como artefatos que ensinam um currículo através de pedagogias culturais (Meyer; Paraíso, 2012).

Sobre a etnografia, é um método tradicionalmente conhecido nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia, mas o uso não se restringe à essa área, assim como a noção de “campo” não se limita aos espaços físicos. Nesse aporte metodológico, como já dito anteriormente neste texto em tela, não se reconhece uma separação entre o *offline* e o *online*. O ambiente *online* não é um espaço “autônomo” do físico, ambos “estão constantemente articulados. A rede é parte do mundo, e não um ‘mundo à parte” (Braga, 2015, p.228). Devido ao crescimento do uso de plataformas digitais, os ambientes *online* proporcionam “entender esse ‘novo’ intermediário pela tela digital” (Vieira, 2020, p.23).

Sob essa ótica, o *online* “permite ou favorece a presença dos pesquisadores em campo e a própria interação e forma de habitar dos usuários nesses ambientes” (Duque; Seffner, 2022, p.60). Assim, a pesquisadora ou pesquisador não precisam sair de casa ou fazer longas viagens para dispor de um campo: “o etnógrafo levanta, mas se encontra em sua casa, liga o computador, digita o endereço da comunidade virtual no browser e já está no campo” (Noveli, 2010, p.108). A adequação de determinada metodologia,

parte dos objetivos propostos pela pesquisa, nesse caso, por ser *online*, se adaptou ao método tradicional etnográfico, o que possibilita entender e analisar “as dinâmicas de sociabilidade da rede” (Amaral; Natal; Viana, 2008, p.39).

Essa dinâmica presente nas redes sociais, nesse caso o *TikTok*, leva em consideração, por conseguinte, elementos proporcionados pela *Web 2.0* na criação de conteúdos pelas próprias pessoas, não dependendo de um meio oficial jornalístico para comunicação e interação (Koo, 2009). A *Web 2.0* influenciou a *Web 3.0* “porque foi o grande mecanismo de aprendizado sobre o comportamento dos usuários, das redes sociais, do e-commerce e do *flash mob*” (Koo, 2009). *Flash mob*, se refere ao modo que as redes sociais conectam as pessoas, o que possibilitou que o algoritmo aprendesse a traçar o consumo e circulação de conteúdos organizando ações coletivas de modo rápido.

A *Web 3.0*, proporciona análise dos conteúdos indicados pelos algoritmos que fazem uma “modulação da internet na qual toda informação é organizada de modo compreensível, não apenas para humanos, mas também para a máquina” (Padilha, Facioli, 2018, p.310). Essa modulação articula quais conteúdos serão ou não indicados para determinados grupos, de acordo com um perfil traçado com base nas buscas e consumo, influenciando na produção de sujeitos. Segundo Silveira (2016), os algoritmos não são neutros: “Eles geram efeitos, foram criados e desenvolvidos para determinadas finalidades [...] são invenções, e, como toda invenção, guarda as intenções dos seus criadores” (2016, p.271-272).

Ainda nesse aspecto algoritmo, o contato com o campo, se deu por meio da perambulação, que seria um modo de aprender como acontecem as dinâmicas do ambiente *online*, assim como compreender as interações. Leitão e Gomes (2017) fazem uma analogia do *online* como uma praça, onde várias informações são expressas ao mesmo tempo, sons, imagens, opiniões, discursos. Com os direcionamentos etnográficos, ou seja, a partir dos objetivos de pesquisa, há a possibilidade de filtrar e aprofundar o conteúdo que se quer ter contato, através de *hashtags*⁷. Nesse caso, pesquisei as principais palavras: “#antifeminista”, “#conservadora” e “#mulher”. Com o tempo e, cada vez assistindo mais conteúdos, foram recomendados pelos algoritmos outros perfis que frequentemente abordam essas temáticas.

⁷ *Hashtags* são palavras ou frases precedidas pelo símbolo de jogo da velha (#). Elas são úteis para classificar e/ou encontrar conteúdos temáticos.

Ao todo, foram assistidos mais de 600 vídeos e consultados mais de 20 perfis que abordam temáticas relacionadas ao conservadorismo e ao antifeminismo entre mulheres. Dentre esses perfis, quatro foram selecionados para a análise, com base em critérios como a autodeclaração de posicionamento político antifeminista. Considerando que alguns conteúdos se repetiam entre os perfis, estabeleceu-se também como critério a seleção de perfis provenientes de diferentes regiões do país, ainda que a maioria dos perfis acessados pertença à região Sul do Brasil.

Os perfis analisados são compreendidos, à luz da teoria pós-crítica em Educação (Meyer; Paraíso, 2012), como artefatos culturais, ou seja, produtos e produtores de discursos que constituem modos de subjetivação e de significação. Os vídeos publicados nesses perfis, assim como a seção de biografia — onde as pessoas indicam como desejam ser chamadas, sua profissão, o tipo de conteúdo que será trabalhado no perfil e links para compra de livros, cursos ou contato —, além das fotos e outros elementos, integram esse artefato, que são os próprios perfis.

Para organizar a análise dos perfis, foram feitas quatro fichas esquemáticas, uma para cada perfil, com os principais vídeos que compõem o currículo, ou seja, o que o perfil quer ensinar, e as pedagogias, que são como esse currículo é ensinado. Outras informações do perfil também compuseram as fichas, como capturas de imagem dos vídeos e comentários, transcrições das falas e anotações interpretativas das impressões do campo para possíveis análises que poderiam ser feitas, o que auxiliou no momento da escrita final.

Importante considerar que foi criada uma conta específica para ter acesso a esses perfis, cuja biografia se descreve: “perfil não pessoal, pesquisadora de IC”. O objetivo de criar a conta se justifica pela necessidade de não misturar conteúdos acessados de um perfil pessoal. Isso porque o algoritmo aprende o tipo de conteúdo que deve recomendar. Assim, busquei separar o uso pessoal, por lazer, do momento de pesquisa. Ainda que sejam perfis públicos, por questões éticas de pesquisa, não serão divulgados os nomes das *TikTokers*⁸, pois o intuito não é a exposição desses perfis, e sim a análise enquanto artefatos culturais.

Ainda referente à ética de pesquisa, ainda que, ao criar um perfil público, a pessoa assine os “termos de serviço” (TikTok, 2020), possibilitando o uso desses materiais pela plataforma, mas também por outros usuários, ressalta-se o direito de

⁸ *Tiktokers* é um termoêmico, que significa pessoas produtoras de conteúdo na plataforma do *tiktok*.

privacidade dos dados, como imagens e nomes. Esses foram rigorosamente preservados por esta pesquisa, pois não se trata de analisar as pessoas em si, mas os artefatos que elas produzem (Duque, 2024). Por esse motivo, os nomes que aparecem são todos fictícios e, para diferenciar a fala das mulheres antifeministas, as frases estarão em destaque *itálico*; já os comentários da audiência aparecerão sem destaque, mas entre aspas duplas, como forma de enfatizar os diferentes discursos.

As intersecções são compreendidas aqui, não por eixos de opressão como compreende o feminismo crítico negro e o feminismo crítico marxista (Crenshaw, 2002; Collins; 2019; Davis, 2016). Os marcadores como gênero, sexualidade, cor/etnia, classe, faixa etária, religião, regionalidade, escolaridade e posicionamento político, são categorias que traçam um perfil que se repete na maioria das mulheres antifeministas, pelo menos nesse recorte de tempo pós-Covid-19 nos dados aqui levantados no *TikTok*. Os marcadores são categorias analíticas (Brah, 2006) e, a partir das normativas sociais, compõem “concomitantemente o quadro de investigações acerca de relações de poder” (Favero, 2019, p.178). É nesse sentido que se analisa o perfil delas, a fim de compreender as relações de poder envolvidas.

Sabrina, mulher cisgênera, heterossexual, branca, em torno dos 30 anos, mora no estado de São Paulo, se considera *cristã reformada* e ensina *feminilidade bíblica* se declarando pró Israel e contra o aborto. Em sua capa de perfil, segura um livro de Beth Elliot⁹ cujo título é “Deixe-me ser mulher”. Escrito em 1976, em resposta às ondas feministas da época, ensina mães e filhas sobre submissão, vocação e feminilidade na perspectiva cristã. A normativa nesse perfil em específico, relaciona antifeminismo através de uma interpretação religiosa, que ela descreve como a *cosmovisão cristã*. Na maioria dos vídeos, ela aparece em uma igreja, onde é gravada promovendo palestras, os vídeos são recortados e republicados por ela no seu perfil do *TikTok*, mas foram em primeiro momento publicados em outra plataforma, derivados de um perfil da igreja que ela frequenta.

Carolina, mulher cisgênera e heterossexual, branca, em torno dos 30 anos, na bibliografia se descreve: *nascida em Santa Catarina, cristã, esposa e mãe de 2 meninos*.

⁹ Em um site/fundação que promove o legado de Elisabeth Elliot (1926–2015), ela é descrita como missionária, autora e palestrante nascida em Bruxelas. Cujo temas principais se referem à submissão das mulheres pela perspectiva bíblica. Entre as principais obras, escreveu um livro para sua filha, o objetivo era instruir sua filha a seguir os fundamentos da religião cristã protestante (The Elisabeth Elliot Foudation, 2021).

Ela viralizou após um vídeo ensinando a fazer *um bebê alemão*, segundo ela, promovendo a *preservação da cultura alemã*, sobretudo no sul do Brasil, inclusive, já se descreveu como *alemoa*. Nos comentários do vídeo, uma parte da audiência a associou à certo teor eugenista e de branqueamento da população brasileira, que foi um projeto político pós-escravidão (Fernandes *et al.*, 2022). Depois dessa polêmica, ela intensificou os vídeos contra agendas consideradas “de esquerda” se declarando antifeminista. Com conteúdos voltados à rotina de mulher casada, ensina um modelo de casamento a ser seguido. Essa pedagogia vem através de sátiras ridicularizando estereótipos de ser feminista, além dos vídeos fazendo pão e cuidando dos filhos.

Elisa, foi candidata à deputada e vereadora em Mato Grosso do Sul (MS) por um partido bolsonarista. Os dados referentes à autodeclaração se encontram com facilidade no site do TSE, e, apenas foram consultados para traçar mais assertivamente a autodescrição da mesma. Se denomina mulher, cisgênera, heterossexual, de cor/raça preta, casada e com ensino superior completo. Relaciona conteúdos sobre antifeminismo, cristianismo e aborto. Aparece com figuras políticas como a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e a ex-ministra do governo Bolsonaro Damares Alves. O conteúdo é estratégico para alavancar votos, tendo em vista materiais de campanha no perfil dela referentes ao período eleitoral de 2022 e 2024.

Renata tem um perfil similar à Elisa, mas, no caso dela, de fato foi eleita deputada em Santa Catarina, com carreira política antes mesmo da Covid-19. Se descreve como professora e escritora, têm em média de 30 anos, mulher, cisgênera e heterossexual, autodeclarada branca e ensino superior completo, foi divorciada, mas se casou novamente – é importante esse dado pois fará sentido quando fala sobre família e casamento. É uma das mulheres brasileiras precursoras no movimento bolsonarista e antifeminista. Demonstra certo domínio sobre literaturas feministas. No seu perfil, assim como o de Elisa, há fortes influências da onda anti-intelectualista e propagação de desinformação.

A desinformação é “uma forma organizada e sistemática de comunicação utilizada por grupos que fazem uso de diferentes táticas com o objetivo de conquistar ou influenciar a opinião pública” (Miskolci, 2023, p.13). Assim, não se trata de uma mera “FakeNews”. Os esforços consistem em uma agenda, cuja intenção está na mobilização de pessoas e grupos, pelo menos no campo aqui descrito, grupo de mulheres antifeministas, à defesa contra direitos igualitários (Duque, 2024).

Em relação a essa agenda anti-igualitária, também não nos convencemos da explicação de que essas mulheres não teriam acesso ao conhecimento e, por esse motivo, estariam propagando desinformação, considerando o nível de escolarização informado por elas e a frequência com que citam livros e outros dados — ainda que essas informações sejam organizadas estrategicamente para fortalecer noções essencialistas e estejam apenas parcialmente validadas. Outra tática desses grupos anti-igualitários é a deslegitimação da ciência, fomentando o ódio contra as universidades e promovendo o anti-intelectualismo (Mantovani, 2020).

“A distorção da mulher”: Como as antifeministas explicam teorias feministas

Ao contrário do que comumente se imagina quando o tema é desinformação, não se restringe à ausência de leituras ou ao limitado acesso à escolaridade. Dois dos perfis etnografados indicam que suas autoras possuem ensino superior; outros, ainda que não apresentem o nível de formação, também fazem referência a livros em seus repertórios, utilizados para justificar as razões pelas quais se identificam como antifeministas. A desinformação também se expande não apenas pelos conteúdos que produzem, mas também pelas práticas associadas à comercialização de cursos, livros e palestras.

Em relação às palestras, Sabrina, antifeminista cristã, inicia um vídeo com *#antifeminismo*. O vídeo se trata de um corte feito em um púlpito, dentro de uma igreja evangélica. Ela fala contra o que entende como *ideologia de gênero*, apontando a homossexualidade como um pecado, *depravação total do ser humano*, e afirma que ser homem ou mulher é uma determinação de Deus. O discurso dela, ao mencionar uma *determinação divina*, exemplifica um campo de disputa política e simbólica em torno de uma suposta verdade (Foucault, 2008). Mais adiante, cita Judith Butler¹⁰; segundo ela, a autora promove *distorção da mulher*. Não busco descrever se são verdadeiras ou não as afirmações dela, mas sim o efeito desse discurso e o currículo antifeminista dos perfis, ainda que, durante a análise, sejam apresentados dados que comprovam as desinformações e torções presentes nos artefatos.

¹⁰ Judith Butler (1956) é uma intelectual nascida em Cleveland, autora estadunidense conhecida nos estudos de gênero e Teoria Queer. O pensamento de Butler segue a crítica às normatividades sociais, relacionado aos padrões de gênero essencialistas. Propõe que gênero, assim como sexo, é performance, influenciado por fatores culturais e sociais (Britannica, [s.d.]).

Depois, ela cita o livro “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade” de Butler e, em seguida, afirma que Freud¹¹ tinha *algum tipo de distúrbio, doença mental* e que, se ele tivesse sido diagnosticado, Butler teria o mesmo problema que ele. Diz que o conceito de sociedade criado por Butler *beira a insanidade*. Destaca-se que, quando ela fala dos conceitos “criados” por Butler, o discurso faz entender que existia uma realidade em *ser mulher* e que Butler estaria *distorcendo* a realidade.

Nesse sentido de disputa simbólica, as antifeministas buscam reforçar a ideia de que a “verdade” é o cristianismo, antifeminismo e conservadorismo e, a “mentira” são os discursos feministas. Segundo Sabrina, Butler teria dito que *não existe homem ou mulher, é invenção, o ser humano nasce indefinido, homem ou mulher é construção da sociedade, família, religião, atribuído pela ditadura do sistema patriarcal, opressor*. Butler (2019) de fato descreve que homem e mulher, portanto gênero, é discursivo, criação social normativa, ficcional “uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico” (Butler, 2019, p.154).

Mas, a desinformação é, quando Butler supostamente teria dito sobre “ditadura de um sistema patriarcal, opressor”. A autora, na perspectiva da Teoria Queer, não usa o termo “patriarcado”, ele universaliza e não contextualiza diferentes formas das subordinações (Piscitelli, 2002; Butler, 2018). Essa homogeneização do movimento feminista, em grande parte dos artefatos, não é mero equívoco interpretativo, formam pós-currículos, que não podem ser observados apenas como “fake news”. São campos de significação torcidos e que também merecem ser analisados sob a ótica da produção das diferenças, em sentidos e intenções políticas anti-igualitárias” (Duque, 2024, p.44).

Renata, deputada de Santa Catarina, é a que mais faz menção a literaturas feministas com o intuito de produzir essas agendas anti-igualitárias. Recentemente, usou como argumento de autoridade, supostas falas de uma pesquisadora feminista brasileira, que teria usado o termo “gayzismo”. A referida pesquisadora veio à público contestar a deputada declarando nunca ter feito uso desta palavra. É habitual a torção das leituras feministas, adequando para a agenda que ela pretende defender: a deslegitimação das pautas feministas e avanço do antifeminismo. Em relação às frequentes torções

¹¹ Sigmund Freud (1856–1939) nasceu em Freiberg, atualmente, na República Tcheca. Foi médico e neurologista austríaco, fundador da psicanálise. Desenvolveu teorias sobre o inconsciente, sexualidade, mecanismos de defesa e desenvolvimento psicosssexual, influenciando profundamente a psicologia, a cultura e o pensamento ocidental (Britannica, [s.d.]).

relacionadas às teorias feministas, em um vídeo, ela aparece vendendo um curso sobre *mentiras feministas*. E, diz ser *verdade que muitas meninas, se identificam com o feminismo hoje em dia, o fazem por inocência ou por ignorância, sem saber do que se trata*. Segundo ela, essas mulheres seriam pressionadas pelas *amigas, mídia e professores militantes*.

Sobre as *mentiras feministas*, cita o evento esportivo Super Bowl (1993) onde teriam inventado *mentiras* que naquele momento, aconteceria o maior número de violência doméstica. Essa afirmação foi propagada em diversos meios de comunicação nos Estados Unidos. Mas também há estudos, inclusive no contexto brasileiro que analisaram a ligação dos índices de violência doméstica durante partidas de futebol. Por aspectos culturais da construção de masculinidade e frustração, sobretudo quando o time perde, em alguns casos, homens descontam nas mulheres em forma de violência (Silva, 2020).

Renata vai contra essa ligação, diz que feministas passam a ideia que *se é masculino, é perigoso, querem destruir a imagem da relação sadia que os homens têm com os esportes*. Cita o livro “Quem roubou o feminismo” de Christina Hoff Sommers¹² argumentando que não tem dados concretos de violências domésticas durante a partida do jogo. Termina o vídeo vendendo o curso. Nos comentários uma pessoa questiona: “relação sadia com o esporte... homens literalmente matam com torcida organizada, onde tem torcida masculina é perigoso para mulheres, crianças e para eles mesmos”. A desinformação, contém dados reais, pois, a notícia que naquele jogo haveria os maiores casos de violência são verídicos. Mas torce, homogeneiza que as feministas são mentirosas. Reforçando que a desinformação não se trata apenas de uma falta de conhecimento sobre um assunto, mas, a articulação sistemática de dados, visando influenciar a opinião pública (Miskolci, 2023). Nesse caso em tela, tem a intenção de desvalidar o feminismo enquanto um movimento pela busca de direito das mulheres.

Nesse sentido, conforme já definido em relação a desinformação, para conquistar a opinião pública, Elisa, candidata em MS, faz um vídeo contra a Lei Maria da Penha: *uma das medidas que devem ser tomadas com urgência, é a mudança do*

¹² Christina Hoff Sommers (1950), é nascida nos Estados Unidos, filósofa e autora conhecida por seus livros *Who Stole Feminism?* e *The War Against Boys*. É pesquisadora residente no American Enterprise Institute, onde aborda ética, gênero e políticas sociais. Sua obra questiona certas vertentes do feminismo contemporâneo e propõe uma visão de igualdade entre homens e mulheres baseada em princípios liberais (“equity feminism”) (Macmillan, [s.d.]).

nome da lei Maria da Penha, porque é uma mentira, uma vingança de uma feminista para destruir a vida de um homem. O termo feminista, vêm sendo utilizado de maneira acusatória por antifeministas, como modo de desqualificar feministas, assim com as pautas levantadas por elas (Beleli, 2022). Ao afirmar ser uma *mentira feminista*, o peso associado aos crimes de violência doméstica abre espaço para dúvidas, será que de fato aconteceu agressões ou é apenas “militância”? Elisa afirma categoricamente que o marido de Maria da Penha *nunca a agrediu fisicamente*, dados que não condizem com o próprio processo de julgamento que condenou o ex-marido, reconhecendo a importância da formação da Lei nº 11.340 (Brasil, 2006).

Em tom de deslegitimar a importância da lei, ela traz casos de homens também vítimas de violência doméstica. A desinformação na fala dela é a negação em dizer que Maria da Penha nunca teria sofrido agressões físicas. Além de agressões físicas, a mesma sofreu diversas outras, incluindo psicológicas. Outro aspecto da desinformação, é a comparação que homens também estariam sofrendo violência, o que é de fato um problema, inclusive violência dentro de relacionamentos, mas, ignora que a Lei Maria da Penha, apesar do nome, também se aplica para homens vítimas de agressões, tanto de outros homens, como de mulheres agressoras. Inclusive para mulheres vítimas de outras mulheres em relações sáficas. Talvez o que poderia ser discutido é a aplicação da lei e eficiência em solucionar ambos os casos (Pasinato, 2010). Mas, ela usa desses casos como exemplo, para promover outra candidata política sulista que estaria supostamente sendo inovadora, fazendo um novo projeto de Lei para que os homens fossem defendidos dessas violências praticadas por mulheres.

Para conquistar a opinião pública e, em específico por ser um vídeo de propaganda eleitoral, com a logo do partido político e a figura do Bolsonaro em uma montagem com Renata, a deputada inicia falando que Betty Friedan¹³ *estava dizendo em seu livro que a mulher que escolhe ser dona de casa, mãe ou esposa em tempo integral, é uma mulher medíocre.* Friedan nunca falou que mulheres domésticas eram medíocres, mas criticou o modo como a sociedade norte-americana, pós-segunda guerra mundial, reduzia o sentido de vida das mulheres pelo desempenho em ser donas de casa.

¹³ Betty Friedan (1921–2006), nascida em Peoria, EUA, foi uma das figuras centrais do feminismo da segunda onda e autora de impacto teórico. Em sua obra mais famosa, *A Mística Feminina*, ela critica a insatisfação das mulheres acometidas pelo “problema sem nome”: um sentimento profundo de vazio nas funções de esposa e dona de casa. A partir dessa crítica, Friedan influenciou a construção de um feminismo liberal voltado para a igualdade de gênero (Silva, 2006).

Denunciou que outros aspectos da vida como estudo, trabalho, decisão e representação política não eram possíveis a elas, e sim possibilidade apenas para os homens:

Pois até recentemente apenas ele (mas não todos) tinha a liberdade e a educação necessárias para realizar sua potencialidade, abrir caminhos, criar, descobrir e planejar novas trilhas para as gerações futuras. Somente o homem tinha o direito de voto, a liberdade para traçar as grandes decisões da sociedade. Somente o homem era livre para amar, regozijar-se no amor e decidir sozinho, aos olhos de Deus, o que era certo ou errado. Desejaria a mulher essa liberdade por querer ser homem? Ou por ser também humana? (Friedan, 1971, p.73).

Mas de fato, há pontos problemáticos na escrita de Friedan, que é apontado por outras vertentes feministas, como a falta de repertório em observar outras necessidades de mulheres que não sejam apenas brancas, heterossexuais e de classe média alta. Em certo modo, ela acaba descrevendo para as mulheres um modo de vida generalizado, como se todas tivessem esse “problema sem nome”. Que seria o esvaziamento do sentido de vida das mulheres, por serem reduzidas apenas ao cuidado do lar. De fato, o problema é pertinente, mas homogeneiza todas as experiências. Chama atenção na fala de Renata, a estratégia para desvalidar o livro de Friedan, como se a mesma tivesse sido capacitista. Renata afirma sobre Friedan: *diz que a dona de casa é comparada a uma débil mental*. Essa frase, se refere ao trecho a seguir do livro de Friedan: “certas instituições dedicadas aos retardados mentais descobriram que o trabalho doméstico era peculiarmente apropriado para jovens debilóides” (Friedan, 1971, p.220).

Atualmente, pelos debates contra o capacitismo, que é o preconceito que classifica pessoas com deficiência como menos capazes que pessoas sem deficiência, vem sendo pautado por movimentos sociais o não uso de termos como “retardo mental”, que é o termo que Friedan usou naquele momento. Ainda que a intenção não tenha sido reforçar a ideia que mulheres em trabalho doméstico sejam *debilóides*, como afirmou Renata, Friedan menciona esses estudos no sentido reflexivo, não concorda com eles, faz críticas aos estudos científicos da época que relacionavam mulheres em trabalho doméstico com “retardos mentais”. Fato é que Renata usa trechos do livro, de maneira descontextualizada, para afirmar seu ponto: as feministas reduzem mulheres em trabalho doméstico à *débil mentais*. Trata-se de uma desinformação para conquistar a opinião pública.

Esse trecho foi utilizado pela antifeminista de forma a generalizar o movimento feminista, apresentando-o como se essa crítica fosse inédita. Contudo, há diversas vertentes feministas que já problematizam tais teorias, classificando-as como um

feminismo branco e elitista. Por não considerarem aspectos raciais, de classe e outros, onde algumas mulheres sempre tiveram em trabalho doméstico, mas também à serviço de pessoas brancas, em dupla e até tripla jornada. A exemplo de Davis (2016), feminista que também escreveu sobre o contexto estadunidense, assim como Friedan, mas defendeu severamente, sobretudo, mulheres negras e de classe baixa, que estão em condições precárias de trabalho.

Renata diz que *todo movimento ideológico faz isso: cria um problema para vender uma solução*, ainda que em cima do vídeo, tenha uma tarja de campanha eleitoral onde a mesma está como candidata. Estaria ela vendendo uma solução contra o feminismo? Assim, estaria ela resolvendo o suposto problema ideológico também com uma resposta ideológica, mas antifeminista? Ainda em relação ao mercado de trabalho, insiste em dizer que *elas falam que as mulheres deveriam ser inseridas no mercado de trabalho e tem que ser a prioridade da mulher*. Sem citar de onde vêm os dados ou, quem seriam as mulheres e movimentos que estão fazendo essas afirmações. Davis e outras autoras do feminismo negro já apontaram incongruências no argumento de “inserção” ao mercado de trabalho:

As mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório (Davis, 2016, p.23).

Sabrina, também fala sobre a questão de o trabalho ser uma desvantagem conquistado *graças a luta do feminismo*. Mas, à frente diz ser *falácia do movimento feminista, trabalho não é direito, é dever*. Enfatiza que *a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi um percurso natural da história*. O que ela chama de “percurso natural” algumas feministas apontam como desigualdade de classes e a busca também por liberdade financeira, que, inclusive, é ponto crucial para ter possibilidade de sair de um relacionamento abusivo. Um comentário afirma: “queria reconquistar o direito de poder cuidar da minha família e meu marido ter um salário digno de nos sustentar”. Ele salienta que muitas mulheres querem ficar em casa, mas, que essa possibilidade não se estende à todas, não pelo feminismo, e sim, pela desigualdade de classes.

Ainda no sentido de torção de significados, o Dia Internacional das Mulheres é usado para enfatizar uma agenda conservadora: Renata, a deputada, diz que *não é sempre que eu escuto uma mulher falar e me sinto representada por ela*. O vídeo segue com um corte da última eleição para presidente, com debate entre um padre e a

candidata apontada como feminista dizendo: “o meu conceito de feminismo é muito diferente do seu feminismo”. O candidato padre responde: “não, só existe um conceito de feminismo”. Em seguida Renata se diz confusa sobre as feministas, pois, a candidata se denomina feminista, cristã e pró-aborto. É frequente a generalização do movimento feminista e a sua associação como sendo anticristão. Ainda que não tenha foco em seguir princípios de determinada religião, pessoas de religiões diversas podem se identificar com o movimento, se organizando em correntes diferentes, por exemplo, o grupo Católicas pelo Direito de Decidir (2025).

O currículo antifeminista, no que se refere às bibliografias e aos principais conceitos utilizados pelo feminismo, segue estratégias pedagógicas que torcem parte do seguinte conteúdo: concepções de “gênero” e “desigualdade”, agendas de enfrentamento às violências, busca por melhores condições de trabalho e datas reflexivas sobre desigualdades de gênero. Essas estratégias fazem um jogo de verdades e mentiras, de modo a deslegitimar lutas, a exemplo de políticas públicas que combatem a violência doméstica, como a Lei Maria da Penha. A pedagogia se caracteriza na citação de livros e dados que não são reais ou que são apenas parcialmente validados por artigos científicos ou dados oficiais. Observa-se ainda o uso pedagógico de ironias, sarcasmo e de palavras próprias de movimentos feministas para chamar a atenção do público, promovendo uma antiagenda ao feminismo.

“Lacriane” de cabelo roxo: estereótipos e ridicularização do feminismo

Em relação à ridicularização do feminismo, os elementos pedagógicos a seguir descrevem com precisão técnicas usadas por elas para deslegitimar pautas feministas, favorecendo um currículo antifeminista. Em um vídeo, Carolina, que se considera *Alemoa*, diz que vai entrevistar a “*Lacriane*”: *you agree that all human beings have the right to life?* Ela mesma, interpretando uma personagem de cabelo roxo e franja curta, com batom vermelho e falando com um tom de voz infantilizado: *ainn eu concordo totalmente nééé, afinal eu sou contra o racismo, machismo, homofobia, todo mundo tem direito à vida*. A pedagogia aqui está em ridicularizar, por meio do tom de voz e da estética de parte das mulheres feministas.

O vídeo continua até que em dado momento ela pergunta para a *Lacriane*: então *o que você acha dessa frase: fascistas não merecem viver*. A *Lacriane* responde que

concorda com a frase e, que: *cristãos, conservadores, pessoas de direita, todo mundo que pensa diferente de mim é facista*. Associa também a *Lacriane* com a defesa do aborto. O vídeo termina com *Lacriane* cuspidando nela e a chamando de “facista”. Os comentários da audiência ironizam e tensionam o currículo antifeminista: “que medo do povo achar que todo sulista é assim”, “eu estava aqui olhando o mapa da Alemanha e não achei Santa Catarina nele” e “DEFENDENDO FACISTA KKKKK”.

Elisa, a candidata em MS, fez uma série de vídeos polêmicos em uma manifestação pró-aborto. Inicia entrevistando uma mulher com uma blusa da Frida Kahlo, figura feminista mexicana. Nesse vídeo a mulher fala que sim, é a favor do aborto, mas não a favor da pena de morte. O vídeo segue com cortes da manifestação, e, segundo ela, pretende mostrar a *incoerência e hipocrisia desse movimento que diz defender a mulher, mas defende a pena de morte para mulheres dentro do ventre*. Como dito, o vídeo contém muitos cortes, dentre esses, ela aparece sendo atacada e xingada por mulheres, uma delas seria, supostamente, assessora parlamentar de uma deputada. Os elementos pedagógicos estão no uso de imagens, com cortes precisos que favoreçam a narrativa do ataque contra ela para justificar o argumento de suposta hipocrisia por dizer defender as mulheres, mas ser a favor do aborto. Neste vídeo ela não é apenas vítima, ela também ataca mulheres, ainda que não seja problematizado isso no artefato.

Elisa, propõe um *Café sem teu pai*. Que faz referência ao livro “Café com Deus pai”, depois do livro ter viralizado nas redes sociais, uma série de *tiktokers* usaram do momento de tendência para reproduzir outras ideias de “Café com...” Café sem...”. No caso de Elisa, o objetivo dessa série de vídeos é estereotipar que algumas mulheres feministas, não teriam uma figura paterna. Ela diz: *tem feminista implorando por homem provedor, mas homem nenhum quer ser psiquiatra da franja do pai ausente*. A relação entre feministas e questões patológicas e psiquiátricas são frequentes, como destacado anteriormente por Sabrina, a antifeminista que fala sobre feminilidade bíblica, a suposição que Judith Butler teria o mesmo suposto diagnóstico para *distúrbio mental* que Freud. A estratégia pedagógica é a suposta correlação do feminismo com questões patológicas e psiquiátricas, além da suposta ausência paterna familiar. Isto é, o antifeminismo circula digitalmente de modo pedagógico reconhecendo referências intelectuais importantes e renomadas, ao mesmo tempo que não inventa, mas recupera-se o drama social das pessoas sem registros paternos, para fazer-se circular.

Da mesma forma que o estereótipo de feminista aparece no perfil de Carolina, também aparece os mesmos elementos caricatos no perfil de Elisa, que seria a feminista de cabelo roxo e franja. A imagem ilustrada aparece com um símbolo de proibição. Ainda sobre o *café sem teu pai*, fala que *as feministas querem homem provedor*, mas, *em seu currículo, há diversos homens que conheceu em uma noite, traumas, vitimismo*. Em alusão à conta de bar diz: *pede o pix do restaurante, diz que é empoderada, mas seu comportamento é de rodízio, essa é a franja feminista*. Em outro trecho ela fala: *mulher, você não deveria dormir com um homem que você não teria filhos*. É frequente a tentativa de controle sobre os desejos sexuais das mulheres, afinal, a prática sexual na perspectiva conservadora, endereça às mulheres apenas o objetivo de ter filhos. O prazer e outras formas de interpretar o sexo, são pouco ou nem se quem mencionadas.

Há uma associação frequente de mulheres que se identificam como feministas por causa de uma possível ausência familiar ou paterna. Elisa fala que as feministas querem destruir o “patriarcado” *por não terem tido o delas*, reduzindo o significado da palavra “patriarcado” e torcendo o sentido para “ausência de pai”. Além de outras declarações, como a de que *mulher que tem pai e irmão presentes não apanha de vagabundo viciado*. É também frequente a culpabilização das vítimas de violência dentro dos relacionamentos, pois, segundo essa explicação, trata-se de mulheres que não souberam fazer uma boa escolha ou que não têm família presente.

Vídeos com tema relacionando aborto são frequentes no perfil de Elisa, inclusive, em outros vídeos, ela aparece na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em período pré-eleitoral, gravando “debatendo sobre aborto”. Oferece mil reais caso alguém mude a opinião dela. Uma das mulheres entrevistada por ela diz que “No Brasil, os pais abortam mais que as mães”, se referindo ao abandono paternal. O dado é ignorado, seguido por uma sátira, um meme: “que viagem é essa, vey?”. O desprezo pela ciência, e deslegitimação da universidade pública, ao associar o tema aborto a um discurso moral, ignorando pautar os direitos sexuais e reprodutivos mobiliza “retrocessos no que se refere às políticas de igualdade e de direitos humanos, sobretudo no que diz respeito às políticas de gênero e sexualidade” (Mantovani, 2022, p.168).

Esse é um dos aspectos que envolvem conteúdos do currículo da desinformação, a deslegitimação da ciência ou, a torção de alguns dados e aspectos isolados que corrobora para a justificativa anticientífica. Ir em universidades para “debater” e “combater” ideologias de esquerda que estudantes, professores e pesquisadores estariam

promovendo, é uma tática anti-intelectualista que vêm crescendo pós Covid-19, com discursos de ódio contra as universidades. Ainda que haja críticas à ciência produzida no ambiente universitário, a proposta desses grupos não consiste apenas no negacionismo, mas, fazer “outro tipo de ciência” (Mantovani, 2020).

O currículo que se refere à deslegitimação do feminismo, usa, portanto, através de estratégias pedagógicas, ridicularizações e estereótipos do que supostamente seria uma feminista, ícones como símbolos de franjas curtas, cabelos coloridos, a imagem feminista como agressora, que grita e até chega cuspir em quem não concorda com ela. Assim como a associação de feministas com transtornos psiquiátricos e doenças físicas, ausência paterna, que fazem *rodízios* sexuais e que, como consequência dessa *libertinagem*, ficariam doentes, frustradas e sem família. A pedagogia que ridiculariza as feministas, também faz circular um currículo que desqualifica os ambientes universitários com lugar de ideologia de esquerda e abortista.

“Os nossos filhos são nossos”: pânico moral e possível destruição da família

Elisa, candidata em cargos políticos, é uma das que mais fala do conceito conservador de família, associando principais temas como criança, aborto, educação e a suposta ideologia de gênero. Enquanto empreendedora moral (Miskolci, 2021) tenta convencer e sensibilizar as pessoas à não concordarem com o aborto, ainda que em alguns casos, pela própria legislação brasileira, isso seja um direito. Além do aborto, a possível *destruição da família e bons costumes* é tema recorrente, sobre a educação dos filhos ela diz: *nossos filhos são nossos e não do estado*.

O domínio dos pais sob os filhos, em um contexto conservador, remete ao momento histórico contextualizado na Europa, mas, pelos aspectos de colonização essa visão de criação de filhos, ecoa no Brasil – onde os pais, antes das instituições de controle como escolas, hospitais e outros, detinham quase que um poder absoluto sobre os filhos (Foucault, 1999). A instituição da família, segue sendo um dos pilares para o poder e disseminação da normatividade, no discurso das antifeministas, reivindicam esse controle total dos filhos por uma possível ameaça. Para entender onde esse pânico teve início é preciso voltar ao primeiro ano de presidência de Dilma Rousseff. Ela

Foi eleita e, ainda que não tenha avançado na agenda dos direitos sexuais e reprodutivos, uma coincidência marcaria seu primeiro ano de governo e criaria uma liderança que se tornaria central em sua queda e posterior substituição na presidência. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal

(STF) reconheceu legalmente as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Em retaliação, um deputado obscuro com bases eleitorais militares e religiosas “denunciou” um programa federal de combate à discriminação sexual e de gênero nas escolas como sendo um suposto “kit gay” que ameaçaria nossa infância. Assim, Jair Messias Bolsonaro desencadeou um pânico homossexual e colocou a escola no olho do furacão político que se armava (Miskolci, 2012, p.15).

Esses rumores, faziam e fazem até hoje ligações de pessoas LGBTQIAPN+ à subversão de crianças em escolas. Sabrina, a que fala sobre feminilidade bíblica, depois de um vídeo associando ser homossexual com um pecado, usa o argumento que *o estado é laico*. E que os cristãos deveriam ser mais militantes. Ao se referir à suposta ideologia de gênero, fala que usam esse discurso para *destruir a criação do nosso senhor e impor que nós não nos manifestemos*. Em outro trecho ela continua: *desde que você peque na sua casa, tudo bem, a igreja não vai bater na sua porta, o que não dá é para essa agenda e ideologia, obrigar as escolas a implantarem essa educação*.

O discurso, além de torcer o significado de estado laico, afinal ela promove uma série de ataques a pessoas LGBT, sobretudo impondo princípios da sua religião. Ainda que ela fale “a igreja não vai na sua casa”, a igreja vai às escolas, às ruas, ao Congresso Nacional, às bancadas políticas. Estão diretamente ligadas a um poder normativo. O que está em disputa no campo da Educação, são narrativas, abordagens sobre “a concepção que fundamenta a escola enquanto um espaço de sociabilidade” (Mottin, 2023, p.118). Assim, o que querem ensinar também é uma ideologia, conservadora, neoliberal, anticientífica e anti-igualitária. Balieiro (2018) exemplifica como foi o processo da consolidação do pânico moral em relação à ideia de ideologia de gênero nas escolas:

Entre a metade de 2014 e o final de 2015, a noção “ideologia de gênero” se difundiu nos noticiários e nas mídias sociais, quando novos empreendedores morais apareceram em cena, travando uma batalha para barrar iniciativas educacionais sob a perspectiva de gênero. Para seus críticos, “gênero” seria o nome de uma “ideologia”, de definição tão abrangente quanto difusa, de consequências nocivas a crianças e adolescentes. Nos posicionamentos mais diversos de seus opositores, diagnostica-se sua presumida indução à homossexualidade, à pedofilia e até mesmo ao comunismo (2018, p.9).

Ao contrário do que fazem parecer, também estão interferindo no campo da Educação, pois nenhum discurso é neutro, os posicionamentos disputam uma agenda política, promovem políticas públicas. É do interesse desses grupos conservadores, nesse caso antifeministas, gerar um pânico sobre qualquer tentativa educacional que vise abordar temáticas como gênero e outras diferenças. Em outro momento, Sabrina é ainda mais incisiva na defesa de que os princípios defendidos por ela, através da

religião, devem ser ensinados nas escolas, portanto não ficando apenas no âmbito privado das escolhas, como ela diz que deveria ser para outros temas que não aprova: *temos que ser os embaixadores do evangelho, então temos que lutar e defender aqueles que principalmente não podem se defender, que é as crianças.*

Como aponta Louro (2000), nas escolas, assim como em outros ambientes sociais, fazem possível apenas algumas representações, essas “ganham uma visibilidade e uma força tão grande que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade” (Louro, 2000, p.9). A representação reiterada nas práticas discursivas das antifeministas, tem a intenção de fazer parecer que gênero e sexualidade é um processo natural, os padrões binários, ou seja, ser homem ou mulher, e a suposição da heterossexualidade como a única alternativa, na perspectiva delas é o que deve ser seguidos e ensinados aos meninos e meninas nas escolas. Ignora tratar-se de uma ideologia anti-científica que impede quaisquer discussões sobre temas apropriados e destinados à discussão na escola: corpo, identidade, relações de poder e cultura.

O aborto perpassa com frequência as pautas antifeministas, é uma disputa narrativa entre antifeministas e feministas. Um protesto em MS mobilizado por feministas e movimentos sociais simpáticos à causa contra o PL 1904/2024, que tem como objetivo equiparar o aborto, após 22ª semana, a homicídio, Elisa faz vídeos durante a manifestação indo contra o argumento e pautas levantadas. Ela em tom provocativo, entrevista uma mulher que é a favor do aborto em casos de estupro: “nesses casos, criança não é mãe, criança, mãe, não pode ser penalizada, ela é vítima”. Então, Elisa pergunta se a *criança não pode ser penalizada, mas se ela for abortada ela não está sendo?* Ignorando totalmente o fato de a entrevistada estar falando de crianças que são estupradas e obrigadas a continuar com a gravidez.

Nos comentários, um diálogo entre algumas pessoas chama atenção, uma diz: “a criança que dá à luz para um bebê, é obrigada a ficar, ou leva para um orfanato?”. Uma outra pessoa responde: “ela vai morrer, provavelmente, o corpinho não está preparado para a intensidade de uma gravidez”. Uma mulher comenta que “criança não é mãe”. É possível perceber nas interações no campo etnografado que, o conteúdo curricular antifeminista é tensionado pela audiência, o que demonstra certa resistência em absorver o que elas falam como um único currículo possível, são nesses comentários

que se encontram possibilidades de subversão à um pensamento hegemônico e generalista sobre o feminismo e pautas relacionadas a esse movimento.

Ainda se tratando de crianças e uma possível ideologia de gênero, Elisa fala que o que ocorre nas escolas, em específico ao falar do caso de uma professora travesti em sala de aula, seria um *show de doutrinação*. Em outro vídeo, se tratando de uma campanha eleitoral, ela promete como pauta política combater *ideologias nefastas que degradam o cristianismo, a família, a moral e os bons costumes*. Assim como, vai lutar contra o feminismo, pois *destrói a família, corrompe a inocência das crianças*. E, em outros momentos, fala que o “crime” dela para ser perseguida pelas feministas, foi ser uma *mulher conservadora, mãe de família, cristã, que acredita em uma agenda livre de pautas “gayzistas” e doutrinação esquerdista dentro das escolas*. A estratégia pedagógica é reforçada pelo medo, além da associação frequente de pessoas LGBTQIAPN+ com uma ameaça às crianças.

É frequente também, vídeos delas mostrando como é o modelo de uma família tradicional, modelo a ser seguido. Nesse sentido, Carolina, que se considera *Alemoa*, em um vídeo, ensina a fazer *um bebê alemão*. A receita consistia em adicionar alguns ingredientes como nome difícil de pronunciar. Ela coloca o filho em uma panela e diz: *misture bem e deixe assar por nove meses*. Depois confere se a “receita” deu certo: *Uma pele bem branquinha, para deixar lagartixa com inveja, olhos bem azuis, e um cabelinho bem clarinho*. Esse vídeo viralizou, teve muitos comentários onde as pessoas questionavam em forma de ironia: “Bebê Alemão nascido no Brasil?”, “que lindo essa família tradicional latina”.

Não é difícil de se esperar que esse conteúdo não seria bem-visto, ou, minimamente geraria diversas críticas. Diante do contexto de formação racista no Brasil, que por anos tiveram respaldos inclusive no racismo científico, à exemplo de Nina Rodrigues (1938) na Antropologia, que acreditava que pessoas brancas eram de uma raça superior, mais evoluída. Diante de um país desigual, ainda que a escravidão tenha sido abolida, o racismo contra pessoas negras perpetua. Mas, em específico, em momentos em que, para além de acreditar que existiria uma “raça superior”, foram incentivadas políticas de embranquecimento, inclusive, incentivando a imigração de pessoas da Europa.

Após esse vídeo, o perfil dela viralizou, o que fez ela intensificar a quantidade de vídeos falando sobre morar no Sul e se considerar *Alemoa*. Em outro vídeo fala

como esse vídeo FOFO, virou alvo de militância. Ela quase sempre aparece com roupas conhecidas por festas tradicionais do evento *Oktoberfest* e uma coroa de flores, ainda que pessoas na Alemanha não usem mais cotidianamente esse tipo de vestuário. Ela diz que: *tem gente que vê preconceito em tudo e que tem orgulho de ser descendente de europeus*. Termina escrevendo: *a pergunta que fica: a diversidade cultural e étnica no Brasil só é válida se for matriz africana?*

É importante ressaltar que estudos comprovam o incentivo de políticas eugenistas e de embranquecimento no Brasil, tinham preferência por pessoas da Europa e Alemanha, por serem considerados de “raça superior” (Souza, 2022; Rauter, 2018). Ainda que grande parte das pessoas da Alemanha tenham imigrado para o Brasil por fatores econômicos, é impossível desassociar o incentivo do governo brasileiro à imigração como um modo de promoção eugenista. Em todo momento Carolina diz estar sofrendo um ataque, mas que tem orgulho: *olha como é lindo meu bebê branco de olho azul, a gente é chamado de racista, nazista, não posso ter orgulho da minha cor?* E diz ser a cor de seus antepassados que *lutaram para construir essa região, as pessoas têm orgulho da sua pele negra, mulata, mas quando a gente fala ‘tenho orgulho dos meus olhos claros e da minha descendência europeia’, a gente é racista?*

Um comentário ironiza: “Ensinam geografia no Sul?”. Outro é mais sério: “o neonazismo...”. Nem todos discordam, pelo contrário, muitos concordam: “hoje o Brasil é o pior lugar do mundo para ter liberdade de expressão”. Sobre o uso do termo “liberdade de expressão”, Beleli (2022) discute como foi atribuído um novo sentido pelos conservadores, agora “a noção ‘liberdade de expressão’, duramente conquistada no período da ditadura brasileira, é ressignificada como ‘opinião pessoal’” (2022, p.9).

Ainda que ela tenha liberdade para sentir orgulho de si, é preciso considerar que ela está ensinando pedagogicamente, sobre a imagem de uma família ideal, não se trata apenas de uma opinião pessoal, constrói também sujeitas e sujeitos. Nesses vídeos, quase sempre aparece o marido de Carolina, mostrando-se como modelo de família. Em um deles, seu marido inicia o vídeo dizendo: “Só homens bons podem nos salvar dos homens maus”. Ela: *sim, homens, aqueles mesmos que muitas feministas adoram dizer que não precisam*. Marido: “vivemos em uma sociedade de homens frouxos”. Ela então complementa: *e mulheres “EMPAUDERADAS”* (fazendo um sinal com o pulso para cima, com o cotovelo para baixo, e com os dedos voltados para ela, em alusão ao órgão genital-pênis).

Eles falam que *quando se tem um problema, são os homens fortes que resolvem, policiais, bombeiros* e outros. Os comentários questionam: “logo, só precisam de homens para se defender de outros homens? Se acabar com os homens, acabou o problema?”. Beleli (2022), também observou como os discursos antifeministas vem sendo produzidos no Brasil, principalmente quando relacionam o que seria família e “bons cidadãos” culpabilizando as feministas, pela falta de homens bons:

A concepção de família reúne bons cidadãos e mulheres de bem. Aos homens (com H maiúsculo) é atribuída a proteção em vários âmbitos, cuja vigilância afastaria as mulheres de bandidos, estupradores, ogros doentes. As mulheres de bem não estão em busca da igualdade, porque sabem que homens e mulheres são diferentes, um completa o outro, argumento recorrente apresentado como a base das relações familiares harmônicas. Acusadas de mutilar a mente e os corpos de filhos meninos em nome da igualdade, as feministas são responsabilizadas pela falta de Homem no Mercado [com] características masculinas que os fazem atraentes... elas criam maricas, homens infantis que não protegem, buscam proteção. A alusão à perda de masculinidade é associada a ideias feministas de liberdade (2022, p.10).

Nesse tom de acusação ao feminismo, Carolina afirma: *Não acredite que não precisamos de homens, isso é uma mentira, uma falácia do feminismo e do progressismo*. A partir dos comentários, as informações de que ele, o marido, teria abandonado ela grávida durante a pandemia da Covid-19, fatos se confirmam em vídeos dela relatando o ocorrido. Nesse momento de separação do casal, ela faz vídeos afirmando que havia recebido auxílio emergencial, medidas governamentais extremamente criticadas por ela, por considerar de *esquerda e populismo*. Alguns comentários ironizam: “quando perdeu o dinheiro em aposta, onde foi parar o homem protetor?”; “ele não abandonou a família? E não foi para ir para a guerra não, viu? Ksksksksk”; “Masculinidade que abandona a esposa grávida?”. Um comentário, em tom homofóbico, desvalida a fala do marido, dizendo: “Esse Hello kitty falando de masculinidade?”.

A maioria das antifeministas se dizem casadas. Entre uma delas, chama atenção o caso de Renata, a deputada. Elas dão diversas lições de moral para outras mulheres, ensinando-as como ter um bom relacionamento, o que também gera nelas, certa culpa quando o relacionamento não dá certo. Renata, sobre seu divórcio antes de se casar novamente, o descreve como seu *maior fracasso*. Classifica o divórcio como uma *desgraça absoluta, a pessoa que se divorciou, falhou amargamente, Deus odeia o divórcio*. E fala de alguns problemas que ela teve por esse divórcio durante a campanha

eleitoral: *algumas igrejas evangélicas não me apoiaram*. Apesar dessas considerações, ela valida que em alguns casos, como violência, a mulher deve deixar sim o casamento.

Logo, o currículo antifeminista, referente a um ideal de família tradicional e à defesa de supostos bons costumes, usa estratégias pedagógicas que instauram pânico e medo na audiência, ensinam que há uma possível destruição da inocência e ataque às crianças. O ideal de família reforça, curricular e pedagogicamente, normativas como a heterossexualidade e a cisnormatividade, além de aspectos como a maioria dessas mulheres, têm famílias em contexto de embranquecido e classe média alta. Elas vendem soluções para combater o feminismo e ideologias que consideram de esquerda através de cursos, livros, candidaturas e pelos consumos de seus conteúdos na plataforma.

Considerações finais

A análise etnográfica realizada dos perfis de mulheres antifeministas no TikTok pós-Covid-19, evidencia um currículo conservador, anti-igualitário que promove retrocessos à direitos adquiridos ao longo do tempo por movimentos sociais. Como a pressão para a criação da Lei Maria da Penha, ou pautas que visam diminuir as desigualdades ao que se refere a mulheres nos espaços de trabalho, possibilitando que, caso queiram e possam ficar em casa, ser “mulher dona do lar” não seja a única alternativa.

O currículo é também baseado em desinformação em torno de teorias feministas e dados que são parcialmente verídicos, essa torção de significados e informações, promovem o pânico moral de um possível inimigo e uma possível ameaça à “família” e “bons costumes”. Esse inimigo seria o feminismo, as pessoas LGBTQIAPN+ e todos os demais movimentos sociais que, neste campo, são considerados por elas de “esquerda” ou “comunistas”. Pedagogicamente, ou seja, como esse currículo antifeminista é ensinando, usam vídeos, áudios, fotos, ilustrações, livros de feministas. Mas também antifeministas, passagens bíblicas, sátiras e sarcasmos que zombam e ridicularizam o que elas querem ensinar ser o feminismo.

Pedagogicamente, os artefatos associam feministas com transtornos psiquiátricos e doenças físicas, agressividade, ausência paterna e libertinagem. Em certos momentos, relacionam feministas a mulheres transgêneras e travestis, como forma de reforçar essa ameaça que feministas representam por supostas *ideologias*

nefastas que degradam o cristianismo, a família, a moral e os bons costumes, principalmente em contextos escolares. Pedagogicamente citam o caso de uma professora trans que sofreu diversos ataques de grupos conservadores, além de trocadilhos: *mulheres EMPAUDERADAS*, como forma de desestimular mulheres à uma possível identificação com o movimento feminista.

Assim, usam outras estratégias pedagógicas que valorizam um ideal de mulher: são cisgêneras e heterossexuais, em contextos embranquecidos e com posicionamento político de direita. Os perfis acessados são do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, regiões onde o conservadorismo político é mais presente. Antifeministas teriam supostamente “famílias tradicionais”, ainda que expostas polêmicas relacionadas à algumas delas, como o caso do esposo que abandonou uma das antifeministas grávida em meio a pandemia da Covid-19, por ele ser viciado em apostas e jogos. Ou o caso de outra antifeminista que se diz contra o divórcio, ainda que ela também tenha se divorciado, considera uma falha na vida da pessoa que precisa se separar, com o argumento de que Deus é contra essa prática/direito.

Outro aspecto etnografado é a não aceitação homogênea dos conteúdos ensinados pelas antifeministas através de seus perfis. O discurso segue através dos comentários em um campo de disputa simbólica e por legitimidade. As interações proporcionadas através dos comentários, enfatizam como o poder e pontos de vista são frequentemente negociados e disputados. Por exemplo, quando a audiência propõe contestar as falas das antifeministas trazendo dados com a intenção de refutá-las. Isso se constitui como resistência ao antifeminismo como sendo um único currículo possível, em certa medida, subvertem o próprio perfil delas para intensificar discussões e temas que o movimento feminista tem interesse em abordar.

Referências:

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como Aporte Metodológico da Pesquisa em Comunicação Digital. **Revista Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, ano 13, n. 20, p. 34–39, 2008.

BALIEIRO, Fernando. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**. P. 1–15, 2018.

BELELI, Iara. Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. n. 38, p. 2–23, 2022.

BEZERRA, Lucas. S; GIBERTONI, Daniela. As mídias sociais durante a pandemia do covid-19: análise comportamental dos usuários durante este período e as possibilidades para o futuro. **Interface Tecnológica**, v. 18, n. 2, p. 144–156, 2021.

BRAGA, Gibran. T. Não estou cobrando o que eu não posso dar: masculinidade simétrica no homoerotismo virtual. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro. p.225–261, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329–376, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

BRITANNICA. Judith Butler. **Encyclopaedia Britannica**, [s.d.]. Acesso em: 16 nov. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Judith-Butler>.

BRITANNICA. Sigmund Freud. **Encyclopaedia Britannica**, [s.d.]. Acesso em: 16 nov. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Sigmund-Freud>.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do “sexo”. 1ª edição. Crocodilo. São Paulo. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e a subversão da identidade. Civilização Brasileira. 16ª edição. 2018.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. **Blog Católicas pelo Direito de Decidir**. Acesso em: 9 nov. 2025. Disponível em: <https://catolicas.org.br/blog/>.

CHAGAS, Viktor. STEFANO, Luiza. M. Estratégias de uso do TikTok por políticos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*. Niterói. v. 31, 22º edição, p.2–18, 2023.

COLLINS, Patricia. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

CLEVER, M. O que é lockdown? Quando e quem pode decretar ? E quais são as penalidades ao descumprimento da norma ? **Jusbrasil**. São Paulo, 2021. Acesso em: 16 ago. 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-lockdown/1181876215>

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DUQUE, Tiago. Deve o pesquisador beber catuaba? Experiências teórico-metodológicas na era digital. In: Danilo Araujo de Oliveira, Luiza Cristina Silva-Silva, Shirlei Sales. (Org.). Metodologias de pesquisas científicas no ciberespaco/cibercultura. 1ed. Curitiba: **Appris Editora**, v. 1, p. 41–59, 2024.
- DUQUE, Tiago. O quadro “preso” e a proibição da linguagem neutra: ofensiva anti igualitária em Mato Grosso do Sul. **Revista FAEEBA**. Ed. e Contemporaneidade. Salvador, v. 32, n. 72, p. 31-49, 2023.
- FAVERO. Sofia. Cisgenderidades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão política do relato. **Bagoas**, n. 20 p. 170–195, 2019.
- FERNANDES, Maria. N; COSTA, Ricardo. P; LARA, Ângela. M. B; CABRITO, Belmiro. G. A imigração forçada de crianças: da colonização da América portuguesa no século XVI ao Estado de bem-estar social menorista do século XXI. **Tempo**, Niterói, V. 28 n. 3, p. 119–137, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**. Livraria Martins Fontes. São Paulo, 2008.
- FREYRE. Gilberto. **Casa Grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global Editora. 48ª edição. 2003.
- FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Editora Vozes. Tradução de Áurea Brito Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.
- HALL. Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Editora DP&A.- 11ª edição, Rio de Janeiro, 2006.
- KOO, Lawrence. O papel da web 3.0 no consumo contemporâneo. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 109–124, 2009.
- LEITÃO, Debora. K; GOMES, Laura. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica** - Revista Contemporânea de Antropologia, v. n. 42, p. 41–65, 2017.
- LOURO. Guacira. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Editora autêntica. 2ª edição, Belo Horizonte, 2000.
- MACMILLAN. Christina Hoff Sommers. **Macmillan Publishers**, [s.d.]. Acesso em: 16 nov. 2025. Disponível em: https://us.macmillan.com/author/christinahoffsommers?utm_source=chatgpt.com.
- MANTOVANI, Emanuele. As Mulheres Sob Ataque: Neoliberalismo, Conservadorismo E Desdemocratização Na Ofensiva À Agenda de Gênero. **Cadernos De Gênero e Diversidade**, v.8, n.3, p.157–176. 2022.

MANTOVANI, José. A onda anti-intelectualista em tempos de Coronavírus: reflexões filosóficas durante a Pandemia. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 9, n. 2, p.39–55, 2020.

MEYER, Dogmar. E; PARAÍSO, Marlucy. A. **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2012.

MISKOLCI, Richard. Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. 1. ed. Belo Horizonte: **Autêntica Editora**, 2017.

MISKOLCI, Richard. Muito além do negacionismo: desinformação durante a pandemia de Covid-19. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 25, n. 64, p.12–37, 2023.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Editora audiência, cadernos da diversidade. 2021.

MOTTIN, Karina. V. O conceito de gênero no pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo. **Revista FAEBA**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 116–129, 2023.

NOVELLI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? **Organizações em contexto**, n. 12, p. 107– 133, 2010.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Sociologia Digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma análise das mídias digitais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, nº 3, p.306–316, 2018.

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.216–232, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Lelia (Org). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**. n. 48. IFCH/Unicamp, p.7–42, 2002.

RAUTER, Cristina. M. B. Os que vieram para branquear o brasil: o moinho de gastar gente e a imigração alemã no século XIX. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, p.67–88, 2018.

RODRIGUES, Raimundo. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SILVA, Karine. C. F. A relação entre os jogos de futebol e violência doméstica em São Luís– MA. 2020. **Monografia** (Graduação em Direito). Centro Universitário Dom Bosco (UNDB), São Luís, 2020.

SILVA, Maria. Betty Friedan e a construção do feminismo liberal. **Revista Gênero, Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 6, n. 2, v. 7, n. 1, p.17–18, 2006.

SILVEIRA, Sérgio. A. Governo dos Algoritmos. **Revista de políticas públicas**, São Paulo, v. 21, N.1, p.268–281, 2017.

SOUZA, Vera. S. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, nº 89, p.93–115, 2022.

TIKTOK. **Termos de Serviço**. 2020. Acesso: 02 set. 2025. Disponível em: <https://www.tiktok.com/legal/page/row/terms-of-service/pt-BR> .

THE ELISABETH ELLIOT FOUNDATION. **About Elisabeth Elliot**. Magnolia, MA: Elisabeth Elliot Foundation, [s.d.]. Acesso em: 16 nov. 2025. Disponível em: <https://elisabethelliott.org/about/>.

VIEIRA, Luiz. A. M. J. A imersão oculta em plataformas online: uma experiência antropológica a partir dos estudos de recepção. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p.1–25, 2020.